

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 03/2017

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2017

(Contém 20 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA DA SILVA CALISTO DECQ MOTA

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ELISABETE DO CARMO PACHECO TAVARES

VEREADOR – JOSÉ DUARTE BARBOSA CABECINHA

VEREADOR – MARCO PAULO DA SILVA TEIXEIRA

VEREADORA – SUSANA MARIA GOULART PEREIRA DA COSTA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADORA – GRAÇA DE LURDES RESENDES COSTA ARAÚJO

CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 03/2017****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2017**

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Elisabete do Carmo Pacheco Tavares; José Duarte Barbosa Cabecinha; Marco Paulo da Silva Teixeira e Susana Maria Goulart Pereira da Costa.

Não compareceu à reunião a Senhora Vereadora Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 23 de janeiro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, e será assinada pela Senhora Presidente e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio à Presidência que secretariou a reunião.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta da Senhora Vereadora Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 28 de outubro de 2013.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:**PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi apresentada a informação, sobre a atividade desenvolvida que abaixo se transcreve:

“EXPOSIÇÃO DE PINTURAS NA CASA DA CULTURA CARLOS CÉSAR

No passado dia 20 de janeiro, foram inauguradas as exposições de pintura “Transformações” de Avelina da Silveira e “Entidades e(m) Espaços II” de Ana Viegas.

As exposições ficarão patentes até ao dia 1 de abril na Casa da Cultura Carlos César e abrem o ciclo de exposições de 2017 no Concelho de Lagoa e inseridas no plano de atividades da área cultural e educacional, alusivo à temática da cidadania.

Ambas as artistas apresentam um bom currículo na área da pintura e expõem pela primeira vez na Lagoa. Avelina da Silveira, de descendência açoriana, nasceu no Huambo, Angola, em 1959, tendo residido em Ontário, no Canadá. O seu trabalho artístico é o resultado do seu viver definido por uma base constante de linguagem expressiva, nomeadamente na cor e forma, mas também na exploração de texturas e na experimentação das mais variadas técnicas, podendo ser dividido em duas categorias: o figurativo e o abstrato. Por sua vez, Ana Viegas nasceu a 16 de fevereiro de 1989 em Ponta Delgada, sendo licenciada em Artes Plásticas – Pintura, pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto. Já realizou várias exposições coletivas e até uma exposição individual em 2016, denominada “Entidades no Espaço”, na Galeria Arco 8, em Ponta Delgada. Igualmente, já recebeu vários prémios, nomeadamente o Prémio “Rainha Isabel de Bragança”, na Galeria de Arte do Casino Estoril e uma Menção Honrosa atribuída à obra “Templo I”, em Lisboa, em 2014.

CONGRATULAÇÃO COM OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO CLUBE DE KARATÉ DA LAGOA

A Presidente da Câmara Municipal congratula-se com os resultados alcançados pelo Clube de Karaté da Lagoa, que representou o Município de Lagoa no XV Torneio Internacional de Karaté da Vila das Aves, que se realizou no passado dia 21 de janeiro de 2017, no Pavilhão Municipal de Santo Tirso, no distrito do Porto.

A comitiva do Centro de Karaté de Lagoa neste torneio foi constituída pelos atletas Sara Pereira, Maria Sousa, Gonçalo Piques, Carlos Furtado, José Caetano e Francisco Oliveira, acompanhados pelo treinador António Moniz

O Clube de Karaté da Lagoa alcançou um lugar no pódio, facto que orgulha o Município Lagoense. O atleta José Caetano alcançou o 3.º lugar na modalidade “kumite” – juniores (atletas com menos de 61 kg). Fez 5 combates, perdendo o segundo, mas ganhando os restantes combates da repescagem. Já Maria Sousa ficou em 4.º lugar na mesma modalidade.

“LIDERANÇA NO FEMININO” - WORKSHOP NA CASA DA CULTURA CARLOS CÉSAR

Decorreu, no passado dia 25 de janeiro, na Casa da Cultura Carlos César, um Workshop alusivo à temática “Liderança no feminino”, destinado a coordenadores e ao quadro técnico das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Município de Lagoa, bem como aos conselhos executivos da Escola Básica e Integrada de Água de Pau e Escola Secundária de Lagoa.

Depois de se assinalar, pela primeira vez o Dia Municipal da Igualdade na Lagoa no ano transato, esta é a segunda iniciativa realizada pela Câmara Municipal de Lagoa, integrada no Plano Municipal de Igualdade de Género e Cidadania, tendo sido administrada por Lina Silveira.

Tal como referiu a chefe de gabinete de apoio à Presidência, Verónica Almeida, a Igualdade de Género e cidadania são dois conceitos muito debatidos em muitas ocasiões, mas ainda com necessidades de serem empregues e trabalhados no dia-a-dia, porque a discriminação e exclusão social, infelizmente, ainda existem. Foi, aliás, neste sentido que a autarquia criou o Plano Municipal de Igualdade de Género e Cidadania para que, de facto, fossem criados meios estratégicos, metodologias e ações que permitem garantir que a igualdade seja uma pluralidade de todos.

LIONS CLUBE DA LAGOA É EXEMPLO DE AÇÃO ALTRUÍSTA PARA A SOCIEDADE

No âmbito das comemorações do 25.º aniversário do Lions Clube da Lagoa, foi esta a mensagem deixada pela Presidente da Câmara Municipal que ressaltou a importância deste género de instituições na concretização de uma política social, levada a cabo pelo município, que se quer que beneficie os mais desfavorecidos.

A apresentação de cumprimentos à comitiva dos Lions Clube de Lagoa, presidida por Manuela Marques e que, este ano, contou com a presença de Rosane T. Jahnke, Past Diretora Internacional e candidata à Presidência Internacional de Lions Clubes, no Edifício dos Paços do Concelho, foi, deste modo, uma oportunidade para a apresentação do programa social e educativo da autarquia, onde a Presidente da Câmara Municipal referiu que em relação às questões sociais e ao absentismo escolar ainda há muito a fazer, porque ainda há resistências em assumir-se totalmente que, sem educação nunca haverá progresso, e, é neste contexto que continuaremos a lutar contra esse 'bloqueio cultural', que carece de ser contrariado.

A ocasião ficou igualmente marcada pelas palavras de Rosane T. Jahnke que elogiou a parceria existente entre a Câmara Municipal da Lagoa e a Lions Clube da Lagoa (LCL), referindo que todos os momentos já compartilhados são memoráveis e que a cada dia se sente mais orgulhosa e mais motivada por pertencer à associação internacional dos Lions Clubes.

ASSINATURA DOS CONTRATOS PROGRAMAS COM INSTITUIÇÕES

A Câmara Municipal da Lagoa atribui cerca de meio milhão de euros a instituições do Concelho, destinados a garantir as suas atividades em diferentes áreas, nomeadamente desporto, cultura e lazer e área social. A assinatura dos respetivos contratos programas realizou-se, no passado dia 31 de janeiro, numa cerimónia que contou com a presença dos representantes de várias instituições e associações lagoenses.

Na ocasião, a Presidente da Câmara Municipal referiu que a presença renovada, anualmente, das várias instituições no Auditório Municipal espelha bem a dinâmica das instituições lagoenses, estando representadas por pessoas que se dedicam ao associativismo no Concelho de Lagoa, não deixando de lembrar a memória do dinâmico e empreendedor Norberto Ponte que faleceu, recentemente, e que era responsável pela Associação Musical de Lagoa e Núcleo de Empresários de Lagoa.

A Presidente da Câmara Municipal ressaltou que, foram investidos cerca de meio milhão de euros nas várias instituições do Concelho, de modo a que as mesmas possam continuar a colaborar com a autarquia lagoense no desenvolvimento do Concelho através do seu trabalho, auxiliando os mais carenciados, mas também contribuindo para a formação desportista, recreativa e artística de muitas crianças, jovens e adultos. Acrescentou ainda que se investe do orçamento camarário cerca de 800 mil euros na área social, 200 mil na educação e cultura e 250 mil com as Juntas de Freguesias, num contributo que permite manter a dinâmica e o desenvolvimento do território lagoense de forma integral.”

A Câmara tomou conhecimento.

AÇÃO SOCIAL:

PONTO N.º 2 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO CARTÃO DE IDOSO PELO NOVO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO LAGOA + SAÚDE:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou e colocou à votação a proposta de alteração do Regulamento Municipal do Cartão de Idoso pelo novo Regulamento Municipal para Atribuição do Cartão Lagoa + Saúde, que abaixo se transcreve:

“Considerando que os idosos são uma das camadas populacionais mais desprotegidas socialmente, a Câmara Municipal de Lagoa, considera essencial apoiar os idosos, bem como, os munícipes em situação de invalidez, e assim decide criar o renovado Cartão Lagoa + Saúde, em substituição do atual Cartão Municipal do Idoso.

No sentido de promover uma maior acessibilidade da comunidade a este apoio, integrando uma avaliação mais equitativa e justa na atribuição do cartão e promover uma dignificação e melhoria das condições de vida dos mais vulneráveis.

Considerando que o presente Regulamento destina-se à definição de novos critérios de atribuição e de novos benefícios, apresentamos assim o novo Cartão Lagoa + Saúde, onde esta Câmara Municipal pretende modernizar todo o procedimento de instrução da candidatura, assim como as condições de avaliação e atribuição.

Tendo em vista que o atual regulamento só beneficiava os idosos com idade igual ou superior a 65 anos, com o novo regulamento passam a ser critérios de atribuição os que constam n.º 1 do artigo 3.º, nomeadamente, passam a beneficiar do Cartão Lagoa + Saúde todos os cidadãos residentes no Concelho de Lagoa, desde que preencham os seguintes requisitos:

- a) Tenham idade igual ou superior a 65 anos;
- b) Estejam em situação de invalidez, portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, com idade igual ou superior a 45 anos, e com atestado médico de incapacidade permanente igual ou superior a 70%;
- c) Tenham rendimentos, per capita, inferiores ou iguais a 85% do salário mínimo nacional aplicado na Região Autónoma dos Açores;
- d) Tenham um património predial inferior ou igual a um valor máximo de 150.000,00€ de acordo com avaliação imóvel emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira;
- e) Sejam residentes no Concelho de Lagoa há pelo menos 3 anos.

Tendo como intenção primordial simplificar todo o processo de candidatura, foi reformulado o artigo 4.º por completo, assim como foi criado um novo artigo, intitulado Escalões de Rendimento per capita para atribuição do Cartão, artigo 8.º, que estabelece três escalões de rendimentos com distintos valores per capita e com diferentes apoios camarários por escalão.

Considerando ainda as necessidades verificadas junto dos atuais beneficiários do Cartão Municipal de Idoso será aumentada a rede de benefícios e apoios aos titulares, segundo

consta em todo o artigo 9.º, assim como, a passagem da validade dos novos titulares do Cartão Lagoa + Saúde para três anos em vez dos atuais dois anos.

Assim, submete-se esta proposta de alteração do Regulamento Municipal do Cartão de Idoso pelo novo Regulamento Municipal para atribuição do Cartão Lagoa + Saúde à reunião da Câmara Municipal e posterior aprovação da Assembleia Municipal.”

Anexo à proposta foi presente o Projeto do novo Regulamento Municipal para Atribuição do Cartão Lagoa + Saúde do Município de Lagoa - Açores.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com o Projeto do novo Regulamento Municipal para Atribuição do Cartão Lagoa + Saúde do Município de Lagoa - Açores;

2.º Submeter à apreciação pública o Projeto do referido Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

EDUCAÇÃO E CULTURA:

PONTO N.º 3 – PROJETO DO REGULAMENTO DO CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – O BORBAS:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou e colocou à votação o Projeto do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas que visa definir as regras de organização e funcionamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O BORBAS, sito na rua Eng.º Clemente de Vasconcelos, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa.

O CATL destina-se a proporcionar atividades de ocupação de tempos livres a crianças do pré-escolar, 1.º e 2.º ciclo, após o período escolar e durante as interrupções letivas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com o Projeto do Regulamento do Centro de Atividades de Tempos Livres – O Borbas;

2.º Submeter à apreciação pública o Projeto do referido Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES RECREATIVAS E CULTURAIS DO CONCELHO:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de atribuição de apoios financeiros a Instituições Recreativas e Culturais do Concelho, para o ano de 2017, que abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que, assumem especial importância todas as atividades que visem a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho, o desenvolvimento e a promoção cultural, bem como a preservação histórica e patrimonial e a investigação científica;

Considerando a importância das instituições locais na dinamização de todas essas áreas, propõe-se a transferência dos seguintes subsídios:

- Sociedade Filarmónica Lira do Rosário – 1.444,00€;
- Sociedade Filarmónica Estrela d’Alva – 3.700,00€;
- Escola Básica Integrada de Água de Pau – 1.000,00€;
- CCC - Associação do Centro Cultural da Caloura – 7.130,00€.”

Anexo à proposta foram presentes as minutas dos contratos-programa a celebrar com as referidas Instituições Recreativas e Culturais do Concelho.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às Instituições Recreativas e Culturais do Concelho, para o ano de 2017, nos montantes acima referidos;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Recreativas e Culturais do Concelho.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – DIA DOS NAMORADOS 2017:

Pela Senhora Presidente foi presente a seguinte proposta para apoio ao Dia dos Namorados 2017, que abaixo se transcreve:

“Como habitualmente, o NELAG – Núcleo de Empresários de Lagoa irá promover uma campanha que visa assinalar o Dia dos Namorados, sorteando entre os casais que almocem ou jantem nos restaurantes associados do concelho de Lagoa, no dia 14 de Fevereiro de 2017, alguns prémios, que visam atrair mais clientes aos estabelecimentos do concelho de Lagoa.

Neste sentido foi solicitado pelo NELAG o apoio da autarquia a esta campanha para fazer face às despesas inerentes com os prémios.

Considerando que, um dos objetivos do NELAG consiste em promover e dinamizar atividades que promovam o comércio local, tendo esta instituição o conhecimento especializado, experiência e contatos necessários na organização de eventos que consistam na promoção dos empresários e comércio local;

Considerando que, a organização desta campanha acarreta despesas para as partes envolvidas, nomeadamente com a aquisição dos bens e serviços que serão os prémios a atribuir;

Considerando que, um dos objetivos desta campanha consiste em promover o sector da restauração Lagoense, demonstrando a qualidade e excelência dos produtos e serviços por eles prestados;

Considerando que, esta campanha contribuiu para uma maior afluência aos restaurantes do concelho contribuindo para atenuar os efeitos da crise económica que se fazem sentir de forma particular neste setor;

Considerando que, esta campanha é, também, um fator de promoção do concelho, permitindo a vinda de muitos visitantes à Lagoa.

Neste sentido, proponho que a Câmara Municipal assegure a transferência para o NELAG – Núcleo de Empresários de Lagoa do montante de 500,00 € (quinhentos euros), de modo a assegurar o pagamento de 10 vouchers – refeição restaurante, no valor unitário de 50,00 €, que serão um dos prémios desta campanha.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:

1.º Proceder à transferência de 500,00 € (quinhentos euros) para o NELAG – Núcleo de Empresários de Lagoa para pagamento das despesas inerentes aos prémios atribuídos;

2.º Dar conhecimento desta deliberação ao NELAG - Núcleo de Empresários de Lagoa e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – INSTRUÇÃO DO PROCESSO PARA A CLASSIFICAÇÃO DA FÁBRICA DO ÁLCOOL DA LAGOA COMO DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de instrução do processo para a Classificação da Fábrica do Álcool da Lagoa como de Interesse Municipal, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 1.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada de instrução do processo para a Classificação da Fábrica do Álcool da Lagoa como de Interesse Municipal;

2.º Proceder à consulta pública, informando a intenção da classificação por edital, pela publicação de anúncio no Jornal Oficial, nos termos do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro;

3.º Submeter à Assembleia Municipal a referida proposta, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro;

4.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:

PONTO N.º 7 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO:

Ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, foram presentes as Declarações que abaixo se transcrevem:

“Declara-se para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que os compromissos plurianuais do Município de Lagoa, existentes a 31 de dezembro de 2016, se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais.”

“Declara-se para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que a 31 de dezembro de 2016, o Município de Lagoa não tinha pagamentos em atraso, conforme Mapa dos Pagamentos em Atraso” que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 2.

“Declara-se para efeitos da alínea b) do n.º 1, do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que a 31 de dezembro de 2016, o Município de Lagoa tem os seguintes recebimentos em atraso:

Entidade devedora	Contrato	Montante em atraso
Clientes de águas	Fornecimento de água	62.343,85 €
Clientes de Rendas	Rendas	27.857,16 €

“

O Senhor Vereador José Cabecinha expôs que os valores em dívida referentes ao fornecimento de água bem como das rendas são elevados.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que em relação às dívidas do fornecimento de água estão a ser efetuadas, mensalmente, todas as diligências no sentido de recuperar os montantes em dívida. Relativamente à situação das rendas foram celebrados com os rendeiros com dívidas, acordos de regularização de dívidas, de acordo como o Regulamento Municipal de Gestão das Habitações de Arrendamento Social, que estão a ser cumpridos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Submeter à Assembleia Municipal as declarações acima transcritas, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação;

2.º Publicitar no sítio da Internet, as referidas declarações, bem como integrá-las no respetivo relatório e contas, conforme determina o n.º 3 do Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

PONTO N.º 8 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017:

A Senhora Presidente apresentou e colocou à votação a 1.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2017 que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto - Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Abertura de novas obras:

07010202 – Aquisição de Imóvel – Água de Pau – 1,00€

070101 – Aquisição de Terrenos – 90.000,00€

07010602 – Aquisição de Viatura – 1,00€

07010305 – Construção de Alpendres nas Escolas Manuel Medeiros Guerreiro e Tavares Canário – 1,00€

Construção de Pavilhão – Estrutura Metálica no Polidesportivo da Atalhada – 1,00€

Remodelação de Sede dos Escuteiros de Santa Cruz – 1,00€

Reforços:

020214 – Estudos, Projetos e Consultadoria - 9.170,00€

07030301 – Obra n.º 17/2016 – Valorização da Frente Marítima de Santa Cruz – 2.922,00€

Anulações:

07010307 – Obra n.º 25/2015 – Manutenção de Edifícios Municipais – 12.097,00€

110202 – Obra n.º 1/A/2016 – Promoção Turística – Eventos – 90.000,00€.”

De seguida, pela Senhora Presidente foi posta à votação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Câmara sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade:

1.º Concordar com a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no total de 102.097,00€ (cento e dois mil e noventa e sete euros), sendo 9.170,00€ (nove mil cento e setenta euros) de despesas correntes e 92.927,00€ (noventa e dois mil novecentos e vinte e sete euros) de despesa de capital;

2.º Submeter à Assembleia Municipal a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, para aprovação, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal;

3.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DO FUNDO DE MANEIO:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de alteração do Regulamento Interno do Fundo de Maneio que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Na proposta do Regulamento Interno do Fundo de Maneio que foi presente na reunião Camarária de 8 de março de 2013, foi aprovado o montante, no total de 200,00 € (duzentos euros), destinado à criação do fundo de maneio para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa – Açores;

Em reunião da Câmara Municipal de 14 de agosto de 2015, foi aprovada a alteração ao Regulamento Interno do Fundo de Maneio, de acordo com o referido nos pontos 6.º e 7.º das conclusões do projeto de relatório processo n.º 56.03/2014/6, da Inspeção Regional da Administração Pública, referente à Inspeção Ordinária ao Município de Lagoa – Açores;

Pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens foi presente as normas regulamentadores dos procedimentos a seguir para a determinação e disponibilização dos montantes do fundo de maneio a atribuir a cada Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, de acordo com a Lei n.º 142/2015, de 9 de setembro, no seu artigo 14.º n.º 3 alínea a) que refere ser o mesmo para “despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das Comissões de Proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto”;

Pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa – Açores, foi informado que existem 112 processos ativos, pelo que de acordo com as normas apresentadas insere-se no 3.º escalão com o valor de comparticipação mensal de 102,35 € (até 200 PPP – Processo de Promoção e Proteção).

Assim, submeto à aprovação da Câmara Municipal o montante, no total de 102,35 € (cento e dois euros e trinta e cinco cêntimos), destinado ao fundo de maneo para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa – Açores, bem como a alteração da alínea g) do artigo 3.º do Regulamento Interno do Fundo de Maneio, de acordo com o estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

“g) Tipo de despesa a que o Fundo de Maneio se destina: Despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das Comissões de Proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o montante, no total de 102,35 € (cento e dois euros e trinta e cinco cêntimos), destinado ao fundo de maneo para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa – Açores;

2.º Aprovar de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a presente proposta de alteração do Regulamento Interno do Fundo de Maneio;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

PONTO N.º 10 – PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE MENSALIDADES – JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:

Pela Junta de Freguesia de Água de Pau foi presente o ofício n.º 07/2017, de 30 de janeiro de 2017, solicitando a antecipação das mensalidades dos meses de abril e maio de 2017, referentes ao Acordo de Execução, celebrado entre a Câmara Municipal de Lagoa e a Junta de Freguesia de Água de Pau.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Autorizar a antecipação das mensalidades dos meses de abril e maio de 2017, à Junta de Freguesia de Água de Pau;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e à Junta de Freguesia de Água de Pau.

PONTO N.º 11 – AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, RESULTANTES DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA, PARA A GESTÃO DA RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOA E A EMPRESA EIRSU, S.A.:

A Senhora Presidente apresentou o pedido de autorização para a assunção dos compromissos plurianuais, resultantes do contrato de Gestão Delegada, para a Gestão da Recolha de Resíduos Urbanos, celebrado entre o Município de Lagoa e a empresa EIRSU, S.A., que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal;

Considerando o Contrato de Gestão Delegada para a Gestão da Recolha de Resíduos Urbanos, celebrado entre o Município de Lagoa e a empresa EIRSU, S.A;

Proponho o seguinte:

- Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal autorização para a assunção dos compromissos plurianuais, resultantes do contrato de Gestão Delegada acima referido:

ANO	VALOR (€)
2018	260.000,00€
2019	260.000,00€
2020 até 2027	260.000,00€

- Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal aprovação das minutas em anexo.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a autorização para a assunção dos compromissos plurianuais, resultantes do contrato de Gestão Delegada acima referido;

2.º Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aprovação das minutas do Contrato-Programa e do Contrato de Gestão Delegada para a Gestão da Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:

PONTO N.º 12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 3 de fevereiro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 886.630,42 € (oitocentos e oitenta e seis mil seiscientos e trinta euros e quarenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:****PONTO N.º 13 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, PARA PARCELA DE TERRENO SITO NA BOINHA E CALOURA, FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Ana Carolina Gomes da Silva Cruz, residente na Rua da Juventude n.º 54, freguesia de São José, Concelho de Ponta Delgada e Vítor do Couto Cruz, residente na Rua da Juventude n.º 54, freguesia de São José, Concelho de Ponta Delgada, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade dos prédios rústicos sito à Boinha e Caloura, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, descritos na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 1036/19920928 e 2185/20090811, respetivamente, e inscritos na matriz predial sob o artigo 139 Seção AA e 140 Seção AA, respetivamente.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

Os requerentes requerem parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à aquisição, em regime de compropriedade, dos prédios inscritos na matriz predial rústica sob os artigos 139 Seção AA e artigo 140 Seção AA da freguesia de Água de Pau.

À que referir do pedido, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia, nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

PONTO N.º 14 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, PARA PARCELA DE TERRENO SITO NA CANADA DO AÇOUGUE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Isabel do Rosário Oliveira Frias de Medeiros, residente no Caminho da Malaca n.º 71, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, Jorgelina Isabel Pinho Frias Duarte, residente na Canada da Igreja, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade do prédio rústico sito à Canada do Açougue, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 1116/19950906 e inscrito na matriz predial sob o artigo 128 Seção O.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

Os requerentes requerem parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à aquisição, em regime de compropriedade, de um prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 128 secção O da freguesia de Santa Cruz.

À que referir do pedido de doação do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

PONTO N.º 15 – PROPOSTA – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS PARA CONCESSÃO DE LICENÇAS DE UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES:

A Senhora Presidente apresentou a proposta para constituição da Comissão de Vistorias para Concessão de Licenças de Utilização de Processos de Obras Particulares que abaixo se transcreve:

“No âmbito da realização de Vistorias para Concessão de Licenças de Utilização de Processos de Obras Particulares e conforme dispõe o n.º 2 do artigo 65.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, proponho a nomeação dos seguintes membros para a comissão da respetiva Comissão de Vistorias.

- Comissão de Vistoria para Concessão de Licenças de Utilização de Processos de Obras Particulares – NOMEADOS:

Arq. Duarte Nuno Marques Pina Metello Nápoles;

Arq.^a Helena Margarida Gomes de Menezes;

Arq.^a Hélène da Silva;

Suplentes:

1.º - Fiscal Municipal Mário Varão;

2.º - Eng.^a Andreia de Morais Lobo Delfim.

Proponho também a designação dos seguintes elementos para constituírem a Comissão de Vistoria para a Receção Provisória ou Definitiva de Processos de Operações de Loteamentos, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

- Comissão de Vistoria para Receção Provisória ou Definitiva de Processos de Operações de Loteamentos – NOMEADOS:

Eng.^a Andreia de Morais Lobo Delfim;

Arq. Pedro Manuel Bernardo Matos;

Fiscal Municipal que detém, na altura, sob a sua responsabilidade a zona do Concelho onde se verifica a vistoria;

Suplente do Gabinete Técnico: Arq. Duarte Nuno Marques Pina Metello Nápoles;

Suplente do Serviço de Fiscalização: Fiscal Municipal não convocado.

Os autos de vistoria de Processos de Obras Particulares, bem como de Loteamentos deverão impreterivelmente ser preenchidos no próprio dia da vistoria em reunião conjunta dos membros da C.M.L. que fazem parte das respetivas Comissões.

Os Resultados dos Autos de Vistoria deverão ser comunicados verbalmente ao requerente no próprio dia e local, informando do sentido provável deste e que a emissão da respetiva Licença de Utilização estará concluída no prazo máximo de 7 (sete) dias.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada e acima transcrita;

2.º Nomear os referidos membros para constituição das respetivas Comissões de Vistorias.

UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS, ÁGUAS E SERVIÇOS URBANOS:

PONTO N.º 16 – ATA N.º 1/2016 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente a ata n.º 1/2016, da reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 2016, da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, a qual foi aprovada, por unanimidade, na reunião daquela Comissão, de 25 de janeiro de 2017.

A respetiva ata contém os assuntos que já foram apresentados em proposta, na reunião da Câmara Municipal de 22 de fevereiro de 2016, para além de outros assuntos referente a situações de trânsito, os quais foram todos aprovados, por unanimidade.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Concordar e aprovar as propostas apresentadas na ata n.º 1/2016 da reunião da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, realizada em 15 de fevereiro de 2016;
- 2.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

PONTO N.º 17 – PROPOSTA – ASSUNTOS PRESENTES NA REUNIÃO DE 25-01-2017 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

O Senhor Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores apresentou a proposta com os assuntos presentes na reunião realizada no dia 25 de janeiro de 2017 da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, que abaixo se transcreve:

“A Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores reuniu no passado dia 25 de janeiro de 2017 e foram presentes os seguintes assuntos:

- Proibir a circulação automóvel na Canada da Charamuga, lado sul, relativo à Estrada Regional, exceto a morador, freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
- Alteração de sinalização na Canada das Eirinhas - Atalhada, freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
- Estacionamento de viaturas ligeiras, com maior dimensão, no parque de estacionamento sito na Rua Prof. Leonel Rosa da Silveira, freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
- Alteração de sinalização, Canada do Boqueirão – sentido norte/sul, a partir da serragem de José de Matos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
- Pedido de colocação de lombas, Rua Direita do Pópulo, freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
- Pedido de colocação de lombas, junto à Escola do Cabouco, freguesia do Cabouco;
- Pedido de colocação de lombas, Estrada do Pau Pico - Remédios, freguesia de Santa Cruz;
- Pedido de resolução, Rua Agente Técnico João Mota Amaral, freguesia da Ribeira Chã;
- Outros assuntos.

Sobre os referidos assuntos a Comissão deliberou, por unanimidade, concordar na íntegra com as soluções apresentadas e apresentar proposta à reunião da Câmara Municipal, para que aprove as mesmas e se proceda em conformidade.

- Relativamente à circulação do trânsito na Canada da Charamuga, foi deliberado proibir a circulação automóvel na Canada da Charamuga, lado sul, relativo à Estrada Regional, exceto a morador, freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
- Sobre o pedido de alteração de sinalização na Canada das Eirinhas - Atalhada, freguesia de Nossa Senhora do Rosário foi deliberado não alterar a sinalização existente, uma vez que existem terrenos agrícolas naquela Canada;
- De forma a facilitar o estacionamento de viaturas ligeiras, com maior dimensão, no parque de estacionamento sito na Rua Prof. Leonel Rosa da Silveira, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, foi deliberado encarregar os respetivos Serviços de procederem à nova marcação de estacionamento de viaturas, conforme projetado pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal;
- Foi deliberado proceder à alteração de sinalização, na Canada do Boqueirão – sentido norte/sul, a partir da serragem de José de Matos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
- Sobre os pedidos de colocação de lombas, redutoras de velocidade, na Rua Direita do Pópulo, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, junto à Escola do Cabouco, freguesia do Cabouco e na Estrada do Pau Pico - Remédios, freguesia de Santa Cruz, foi deliberado indeferir os referidos pedidos face aos constrangimentos que a colocação de lombas gera nos moradores circundantes;
- Relativamente ao pedido de resolução, na Rua Agente Técnico João Mota Amaral, freguesia da Ribeira Chã foi deliberado, manter toda a sinalização existente;
- No ponto, outros assuntos, foram apresentados os seguintes pedidos, aos quais foi deliberado proceder de acordo:
 - Substituição da sinalização, identificando o princípio e o fim, dos lugares reservados para comércio local, na Rua Dr. José Pereira Botelho, freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
 - Colocação de espelho na Rua do Espírito Santo, em frente à saída do parque de estacionamento do edifício da Esquadra da PSP de Lagoa, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário;
 - Corrigir a sinalização existente na Travessa do Machado retirar o sinal B6 – Prioridade nos estreitamentos da faixa de rodagem, pintar a divisória do eixo da via e pintar um sinal STOP no entroncamento com a rua Dr. José Pacheco Vieira e na Canada da Longueira colocar um sinal de STOP no entroncamento com a rua Padre Agostinho Inácio Machado, na freguesia de Santa Cruz.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar e aprovar a proposta apresentada pela Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores;

2.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

ENCERRAMENTO:

Todos os assuntos foram aprovados em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E não havendo mais nada a tratar, sendo 09:45 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CRISTINA CALISTO DECQ MOTA